PRONUNCIAMENTO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cumprimento os membros desta Casa Legislativa, as professoras e professores, bibliotecárias e bibliotecários, mães e pais que sonham e lutam pela presença atuante da biblioteca no espaço escolar.

Saúdo de forma especial o autor do requerimento desta audiência pública, o deputado estadual Carlos Giannazi que, em sua trajetória como educador e parlamentar, tem lutado com entusiasmo em defesa de uma educação de qualidade, o que passa, necessariamente, pelo investimento em bibliotecas escolares.

Esta audiência pública é de grande relevância por nos permitir avaliar o que já conquistamos e, em especial, estabelecer estratégias pela efetivação das bibliotecas em nossas escolas.

Em termos de conquistas, devemos mencionar a Lei Federal n. 12.244/2010. Ela determina que todas as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País devem contar com bibliotecas. O legislador, ciente dos desafios orçamentários enfrentados pelos prefeitos e governadores, estabeleceu o prazo de uma década para que ela fosse cumprida. O limite venceu em maio de 2020, e, infelizmente, os dados do próprio Governo Federal comprovam que pouco avançamos na democratização deste equipamento pedagógico tão importante.

O Censo Escolar da Educação Básica 2018 – realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – nos revela que apenas 36,5% das escolas brasileiras possuem uma biblioteca escolar. São Paulo não foge a esta regra. A passividade

dos gestores públicos e demais atores políticos fazem com que o desabafo do então professor José Pires Carvalho, de uma escola estadual de Taquarituba, publicado na Folha de São Paulo em 14 de novembro de 1965, tenha preservado, tristemente, seu frescor. Veja o que o professor compartilhou na ocasião:

> Os professores, por mais cultos e dedicados que possam ser, não terão condições de suprir, nos parcos quarenta ou cinquenta minutos de aula, [...], a leitura, enfim, a vivência diuturna dos alunos com os bons livros. Por outro lado, a existência de biblioteca fechada, sem uso, servindo apenas para constar de estatísticas ou para ser mostrada aos visitantes, como coisa proibida e intocável, equivaleria à sua própria inexistência. A luta dos professores e diretores para aumentar – qualitativamente ou quantitativamente – as bibliotecas é uma constante em nossas escolas.

E cá estamos nós, 47 anos depois, lutando por bibliotecas bem equipadas e com bibliotecários nas escolas do Estado de São Paulo. Como agora a presença deste equipamento é um direito, poderíamos simplesmente tratar da ausência das bibliotecas nas escolas como simples flagrante de desobediência ao ordenamento jurídico do País. Entretanto, precisamos ir além da questão normativa, e enfatizarmos como nossos jovens e crianças estão sendo lesadas por essa letargia institucional.

A ausência da biblioteca na escola resulta em graves prejuízos para o processo ensino-aprendizagem. Sabemos que este equipamento tem um papel poderoso e insubstituível na formação de

nossos jovens e crianças. Ela é o espaço por excelência no fortalecimento de certas habilidades trabalhadas em sala de aula.

Neste sentido, é necessário que desapareça, em particular entre os agentes políticos, a concepção de que a biblioteca escolar é "um lugar em que são armazenados livros para leitura; um lugar destinado a alunos considerados indisciplinados." Pelo contrário! A biblioteca é espaço dialógico, de transformação, e não de reprodução, já que, como bem afirmou Paulo Freire,[1] a leitura da palavra, constante nos livros, nos ajuda a fazer uma leitura crítica da sociedade. Afinal, recorrendo a Franz Kafka, qual o sentido de uma leitura que não nos machuque e nem nos penetre a ponto de exigir de nós algum de tipo de mudança?

Esta dupla certeza – a biblioteca escolar é um direito de todos os brasileiros e brasileiras, garantido por força de lei, sendo fundamental para a realização das práticas de ensino-aprendizagem – que o Conselho Federal de Biblioteconomia e o Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região, lançaram durante a 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, em julho passado, a campanha #soubibliotecaescolar. É, também, este o propósito de minha participação nesta audiência pública. A ideia é envolver as instituições políticas e a sociedade civil, sensibilizando-as a respeito do papel de protagonismo da biblioteca no ensino básico, e portando, exigindo o cumprimento da Lei que garante a sua universalização.

Se garantirmos bibliotecas a todos os estudantes do Estado de São Paulo, em pouco tempo as competências de leitura e escrita aumentarão vertiginosamente. E sabemos que são estas competências o motor da qualidade do ensino, que por sua vez aumenta a renda dos mais pobres ao longo das gerações, reduzindo, de vez, as desigualdades sociais.

[1] FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2000.

Reitero que a biblioteca é um investimento para o progresso; ela ela vai além da mera decodificação: a biblioteca "ensina" o aluno a ler lendo, apresentando para ele os mais diversos tipos de textos sociais.[2] O poder de transformação social da escola apregoado por tantos filósofos e pedagogos passa por uma biblioteca pujante. Seja por meio da leitura silenciosa, de uma oficina e clube de literatura, ou do diálogo franco com outros leitores que são, também, fontes legítimas de conhecimento, a biblioteca escolar produz um estado contínuo de pensamento crítico, potencializa a educação horizontalizada, e promove uma genuína interação entre os atores que povoam aquela comunidade. É a biblioteca que, extrapolando as fronteiras do livro didático trabalhado em sala de aula, apresenta ao jovem e a criança o que Barthes[3] intitulou de textos de prazer e de fruição, que ao mesmo em que enche de euforia, provoca um profundo desconforto, fazendo "vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas do leitor."

Em nome do Conselho Federal de Biblioteconomia, parabenizo a Assembleia Legislativa de São Paulo pela audiência pública, e me coloco a inteira disposição para avançarmos nesta pauta tão urgente e importante.

Obrigado.

Fábio Cordeiro Lima
Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia

São Paulo, 12 de setembro de 2022.

[2] FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
[3] BARTHES, Roland. *Mitologias*. 9. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. p. 21-22.